

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG (COM EDUARDA ESPOSITO)
deniserothenburg.df@dabr.com.br

O olhar deles

Para o senador Dr. Hiran (PP-RR), líder do bloco Aliança — formado por PP e Republicanos —, a reforma ministerial pode “restaurar um pouco de governabilidade”. “Em relação a essa reforma ministerial, tem muita especulação. A gente sabe que vai acontecer. O governo precisa fazê-la para restaurar a boa relação com o parlamento e, também, a performance. Tem muita especulação, mas espero que o presidente escolha as melhores pessoas”.

O que quer Arthur Lira

Não é apenas em Alagoas que o ex-presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), concentra atenção. Ele também está dedicado a tentar consolidar a federação entre seu partido e o União Brasil — é cotado para presidi-la. Só tem um probleminha: o União Brasil ainda não definiu se aceita ceder o espaço de presidente ao PP.

Salvo pelo gongo

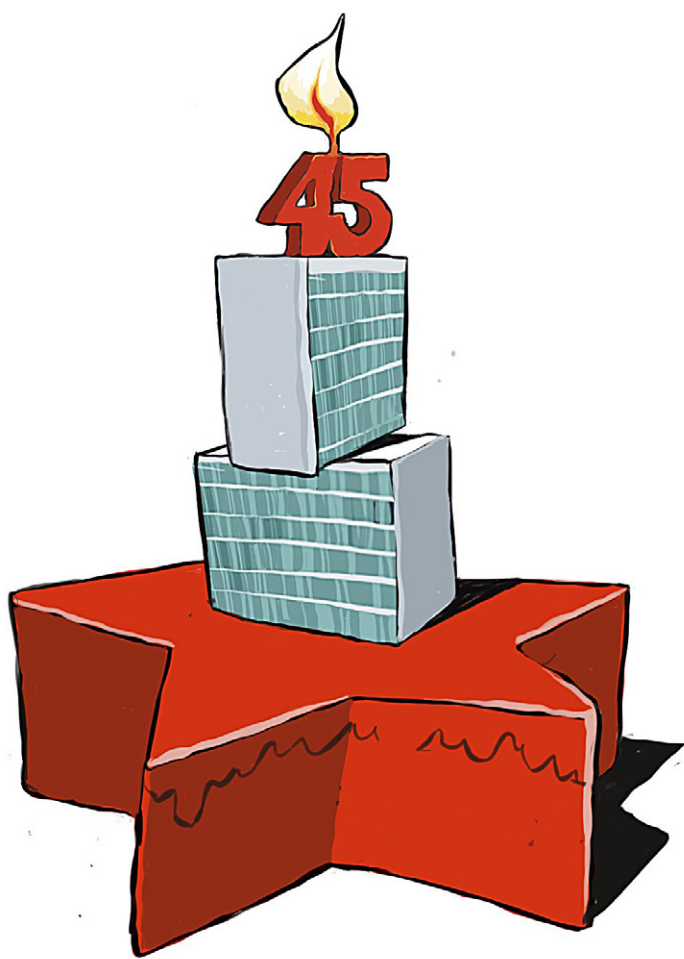
Os R\$ 4 bilhões que o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, anunciou para o atual Plano Safra, tendem a apagar uma fogueira. A senadora Tereza Cristina (PP-MS), ex-ministra da Agricultura do governo Bolsonaro, ensaiava bater bumbo no plenário. “(Vem) no momento em que vamos começar a safra de inverno, quando plantamos o grosso da nossa produção de milho. Com as taxas do mercado, precisaremos de mais recursos do Tesouro Nacional para a equalização dos juros”, advertiu, em vídeo nas redes sociais.

E vem mais

A pressão para os financiamentos agrícolas tende a crescer, especialmente como forma de baixar o custo dos alimentos. Afinal, se o governo quer trabalhar para que os preços não subam, melhor ajudar os produtores — e não suspender linhas de crédito.

Uma festa com tempero de reforma

O aniversário de 45 anos do PT começou ontem com cheiro de reforma ministerial e troca de comando no partido. A expectativa é de anúncio da atual presidente da legenda, Gleisi Hoffmann, como futura ministra palaciana de Lula. Conforme avaliam integrantes do governo, o presidente não deve demorar a promover as trocas na equipe, de forma a tentar dar uma “oxigenada” que ajude a melhorar a popularidade. Até porque, se deixar para nomear políticos em meados deste ano, o titular que tiver planos de concorrer a um mandato eletivo em 2026 ficará menos de um ano no cargo.



Sem plano B

Mesmo com Jair Bolsonaro denunciado, deputados fiéis a ele, como Zé Trovão (PL-SC), afirmam que o candidato para 2026 será o ex-presidente até o fim. Entretanto, se for condenado por tramar um golpe de Estado, “o partido apoiará o nome que ele indicar. A não ser que haja alguma divergência grande”.

CURTIDAS

Ed Alves/CB/D.A. Press



Ele tem razão/ Em conversas reservadas, muitos bolsonaristas dizem que o tenente-coronel do Exército Mauro Cid (foto), ex-ajudante de ordens de Bolsonaro, está certo em pelo menos um ponto: foi ele quem mais perdeu. Jogou fora a carreira, precisou vender imóveis e não pode sair à rua.

Por falar em Mauro Cid.../ Ao mencionar o financiamento do golpe, ele inocentou o PL e jogou a bomba no colo do general Walter Braga Netto. Agora é saber de onde veio o dinheiro. Censura?! O que anda circulando pelos corredores da Câmara dos Deputados é que está dificultando o cadastramento de novos jornalistas, por acharem que “tem imprensa demais”. Até o momento, a Casa não tem data para retomar os credenciamentos.

Homenagem póstuma/ O Flamengo fará um minuto de silêncio antes do jogo de hoje contra o Maricá, no Maracanã, pelo Campeonato Carioca, em homenagem ao advogado e empresário Guilherme Cunha Costa, falecido terça-feira. A foto de Guilherme, rubro-negro fanático, será exibida no telão do estádio. A missa de Sétimo Dia será segunda-feira, às 20h, no Santuário Nossa Senhora da Saúde, em Brasília.

CB.PODER

Presidente do Colégio de Corregedores dos Tribunais de Justiça, Gilberto Barbosa atuará para fortalecer e unir o Poder Judiciário contra a onda de ataques às instituições e ao Estado de Direito. Almeja, também, reduzir as diferenças regionais

Justiça, bastião da democracia

» IAGO MAC CORD*

A denúncia da Procuradoria-Geral da República contra o ex-presidente Jair Bolsonaro e outras 33 pessoas envolvidas numa trama golpista, serve para alertar a sociedade de que quem atentar contra o Estado Democrático de Direito receberá uma dura resposta do Judiciário. A advertência é do desembargador Gilberto Barbosa, recém-empossado presidente do Colégio Permanente de Corregedoras e Corregedores-Gerais dos Tribunais de Justiça. Ao tomar posse na última quinta-feira, em Brasília, Gilberto Barbosa disse que, à frente da instituição que comandará durante um ano, pretende trabalhar para unificar o Poder Judiciário.

Esse esforço é necessário, na avaliação de Barbosa, para responder às investidas contra os tribunais e seus integrantes.

“O Judiciário precisa fazer entender que não tolerará ataque à democracia, às instituições e, muito menos, à Constituição Federal”, frisou, em entrevista, ontem, ao *CB.Poder* — uma parceria entre o *Correio* e a TV Brasília.

O presidente do Colégio de Corregedores avalia, porém, que os magistrados devem observar sua conduta na sociedade e no debate político. Ele é adepto da tese de que juiz deve manifestar-se somente nos autos do processo.

“O magistrado tem o ônus e o bônus. Tem as consequências de assumir um cargo da magistratura, de juiz. Tem de ter uma conduta diferenciada no

contexto social. Quando o juiz faz uma coisa boa, o ganho é dele. Quando faz uma ruim, atinge toda a magistratura. Então, precisa ter esse cuidado, a liturgia do cargo”, ressaltou.

O desembargador do Tribunal de Justiça de Rondônia destacou a necessidade de o Judiciário reconhecer as diferenças sociais e econômicas de cada região do país. Para exemplificar, cita as audiências de custódia, momento em que um preso em flagrante é apresentado ao juiz. Ele explica que o transporte do suspeito ao tribunal envolve uma logística complexa, dependendo da unidade da Federação ou região em que se dará o julgamento.

Por isso, Barbosa defende a realização de videoconferências para as audiências de custódia.

Minervino Júnior/CB/D.A. Press



O Judiciário precisa fazer entender que não tolerará ataque à democracia, às instituições e, muito menos, à Constituição Federal”

Gilberto Barbosa, presidente do Colégio Permanente de Corregedoras e Corregedores-Gerais dos Tribunais de Justiça

Ele observa que em seu estado, Rondônia, há distritos que distanciam-se do centro do sistema judicial em mais de 350km. “Como pegar alguém que tenha sido preso, colocar numa viatura e trazer para Porto Velho para ser ouvido pelo magistrado? Não

há como. São essas peculiaridades para as quais é preciso ficar atento”, afirma.

Barbosa é um entusiasta da utilização da inteligência artificial (IA) no Judiciário, mas sem que substitua o magistrado. Ele indica que para ações como as

de execução fiscal — que visa cobrar dívidas do governo — e outras que não “demandam maior complexidade”, o uso da IA é “extraordinariamente positivo”.

*Estagiário sob a supervisão de Fabio Grecchi

CASO SILVIO ALMEIDA

Ex-ministro depõe sobre importunações

» LUANA PATRIOLINO

O ex-ministro dos Direitos Humanos Silvio Almeida prestará depoimento à Polícia Federal (PF) na próxima terça-feira, no âmbito do inquérito em que é acusado de assédio sexual. A oitiva será em São Paulo e conduzida por uma delegada de Brasília, por meio de videoconferência. Esta será a primeira vez que Silvio prestará esclarecimentos sobre o caso.

Na semana passada, o ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), adiou por mais 60 dias a investigação. A decisão atendeu a um pedido da PF, que alegou a necessidade de mais tempo para concluir as investigações.

Uma das últimas diligências antes da definição sobre um possível indiciamento é a tomada de depoimento do ex-ministro — acusado de assédio e importunação sexual por várias mulheres, entre elas a

ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco. Ele nega as imputações a ele.

Com a prorrogação do inquérito, a PF terá até dois meses para concluir as investigações e decidir se há elementos suficientes para o indiciamento do ex-ministro. O caso tramita sob sigilo no STF.

O inquérito foi aberto em 17 de setembro de 2024, por determinação do ministro André Mendonça. O Ministério Público do Trabalho em Brasília e a

Comissão de Ética Pública da Presidência também apuram as acusações.

Silvio foi demitido em 6 de setembro, um dia depois que a ONG MeToo Brasil trazer à tona as denúncias de assédio sexual contra ele. Segundo os relatos das vítimas, os episódios de violência sexual incluíam toques inconvenientes em parte do corpo da ministra e declarações chulas e de conteúdo sexual. Ele foi substituído no ministério por Macacé Evaristo.

Geraldo Magela/Agência Senado



Silvio foi demitido do governo por suposto desrespeito a Anielle Franco